



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de apresentação do Sistema Nacional de Atendimento
Socioeducativo - Sinase**

Palácio do Planalto, 9 de agosto de 2006

Querido companheiro Paulo Vannuchi, secretário especial de Direitos Humanos,

Nosso querido companheiro Agenor, ministro da Saúde,

Minha querida Maria do Carmo Ferreira da Silva, secretária especial em exercício de Política de Promoção da Igualdade Racial,

Meus senhores e senhoras representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, do Fundo de População das Nações Unidas, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura,

Senhora Carmem Oliveira, subsecretária de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos,

Senhor José Fernando da Silva, presidente do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente,

Senhoras e senhores participantes do 8º Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos estaduais, distrital, municipais, das capitais, do Direito da Criança e do Adolescente, e Conselhos Tutelares,

Vocês viram que eu chamei o Paulinho Vannuchi aqui, o próprio, para perguntar: você colocou os Conselhos Tutelares? Porque eu vi a gritaria contra o Paulinho Vannuchi e eu falei: deixa eu fazer o reparo logo, aqui, antes.

Mas, meus amigos, minhas amigas, companheiros representantes de instituições das Nações Unidas aqui presentes, antes de ler o meu texto, eu



queria dizer para vocês que, quando a Carmem estava falando, eu estava comentando com o Paulinho Vannuchi que muitas vezes, quando nós estamos no governo, a gente precisa definir, com muita clareza, determinadas políticas que temos que fazer. E, muitas vezes, só acertamos na política se a gente tiver a sabedoria de colher aquilo que a sociedade, ao longo da sua experiência, aprendeu a produzir. Porque, intelectualmente, cada um de nós pode ter uma posição, pode ter uma experiência, mas o conjunto de milhares de pessoas que por este País afora trabalha, muitas vezes, sem ganhar nada, quando pensa que ganha não recebe, ou seja, em situações sempre adversas, e se dedica a isso, não importa quantas horas por dia, quantas horas por mês, o que importa é que, mesmo que seja um minuto, tem alguém dedicando um minuto da sua vida para fazer uma coisa que pode beneficiar alguém.

Eu aprendi que essas pessoas que agem assim, essas pessoas devem ter um dom maior, devem ter alguma coisa especial. Porque eu penso que é um momento mágico na vida de um ser humano que se propõe a cumprir uma atividade que possa ajudar a outro, às vezes sem saber quem é, às vezes sem ganhar nada e, às vezes, sem o reconhecimento de governantes, sem o reconhecimento de uma parcela grande da sociedade, sem o reconhecimento da imprensa, porque muitas vezes fica muito mais fácil a gente desejar que o problema não existisse. E se ele existe, fica muito mais fácil as pessoas pensarem que o problema não é delas. E, ainda, muitas vezes, fica muito mais fácil fazer o que algumas pessoas de vez em quando dizem, no Brasil: aumentar o castigo, aumentar a punição. Termina sendo a solução mais fácil para aqueles que não querem fazer e aqueles que não querem trabalhar. Por isso, eu quero render as minhas homenagens a vocês. Não é todo dia, não é toda hora e não é em todo lugar do mundo que a gente encontra uma quantidade tão grande de pessoas dedicadas a dar um pouquinho do seu tempo, um pouquinho do seu aprendizado, para que a gente possa ajudar alguém que está em condições piores do que a nossa, a pelo menos ficar



iguais a nós. Meus parabéns a todos vocês.

Este encontro de hoje é mais uma prova de que o diálogo democrático, respeitoso e produtivo entre o Estado e os mais diferentes setores da sociedade civil é o melhor método para vencermos os mais complexos desafios. Vocês estão lembrados, eu tenho dito sempre, que possivelmente a grande coisa que um governante pode deixar como legado para as futuras gerações, não é uma grande obra, muitas vezes não é uma estrada, uma ponte, mas é a mudança na relação entre Estado e sociedade; é a mudança no comportamento para que o Estado ou qualquer outro ente federativo veja as organizações da sociedade civil e estabeleça com elas uma relação. É muito fácil e muito simples, às vezes, governantes não gostarem de ouvir as verdades, não gostarem de ouvir as reclamações, as reivindicações, e não tem outro jeito. Um prefeito, um governador, um presidente da República, um deputado, um senador, ninguém vai conseguir fazer a coisa perfeita se a gente não conseguir extrair a seiva produzida pelo conjunto dos anos de experiência acumulados da sociedade. É essa relação com a criação de instituições sólidas, legalizadas, em que a gente pode ter consciência de que mesmo depois de nós, do presidente da República e de vocês, haverá a certeza de que alguém continuará fazendo aquilo que vocês começaram, aquilo que nós começamos e aquilo que outros começaram a fazer até antes da nossa própria existência.

A defesa dos direitos da criança e do adolescente é, certamente, um desses desafios, sendo também um eixo central para a afirmação dos direitos humanos em nosso País. Mesmo que ainda tenhamos muito para avançar nesse sentido, todos aqui sabemos que as conquistas obtidas até agora são frutos da profunda parceria entre as entidades da sociedade civil e o governo.

Como é de conhecimento dos senhores e das senhoras, o governo federal desenvolve mais de 200 ações voltadas para as crianças e os adolescentes nos eixos promoção de saúde, educação de qualidade, proteção



contra a violência e combate à Aids. Elas fazem parte do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente e resultam de um compromisso que assumimos ainda, há muito tempo atrás, quando nem imaginávamos que eu ia ser presidente da República.

As ações são articuladas por um Comitê Gestor, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e composto por outros nove Ministérios e o Conanda. E uma rede de monitoramento com diversas entidades nacionais e organismos internacionais acompanha e avalia os resultados de nossas ações. A verdade é que conseguimos avançar muito em diversas áreas. Nossas ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes já se tornaram uma referência mundial.

No próximo dia 28, será criado um grupo de trabalho internacional, coordenado pelo Brasil, com a participação de representantes de 10 países da América do Sul, para desenvolver, ao longo deste semestre, um plano conjunto de combate à exploração sexual nas fronteiras.

E hoje tem início, aqui em Brasília, uma reunião intergovernamental, com 40 países, para tratar dos direitos das crianças que, por abandono ou por morte dos pais, acabam sendo isoladas do convívio familiar. Desta reunião poderão sair propostas de diretrizes internacionais para tratamento do tema a serem submetidas à Organização das Nações Unidas.

Minhas amigas e meus amigos,

A exploração sexual e a permanência por longos períodos em abrigos formam, ao lado de casos de crianças e adolescentes em conflito com a lei, os três temas ao qual nosso governo mais tem dedicado esforço. É por isso que fico contente em receber a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, mais uma importante contribuição do Conanda à sociedade brasileira, com ajuda dos conselhos estaduais e das capitais, do Fonaciad, dos conselhos tutelares da ABMP e de outras entidades representativas da sociedade civil.



A própria existência do Conanda e seu trabalho persistente em defesa dos direitos da criança e do adolescente são uma prova cabal da importância dos conselhos que reúnem sociedade civil e poderes públicos na mesma mesa de trabalho. Sem esse tipo de conselho e sem as naturais tensões que às vezes enfrentamos no diálogo, não se pode falar efetivamente em democracia.

Digo isso porque pude ver que essa proposta foi construída por meio do diálogo com especialistas e lideranças das mais diversas áreas que representaram tanto os diferentes níveis de governo como a sociedade civil. Além disso – e o que é mais importante – pude ver que a preocupação maior de vocês que elaboraram, o Sinase é a recuperação de nossas crianças e nossos jovens, o respeito aos seus direitos e não apenas o isolamento do convívio social. A criança e o adolescente em conflito com a lei devem ser encarados como um desafio à nossa capacidade de construir políticas públicas consistentes como essa, que os reintegrem plenamente ao convívio social. Lugar de criança e adolescente é na escola. Todo o esforço da sociedade deve vir no sentido de tirar nossas crianças da rua e colocá-las na sala de aula. Por isso o governo estimulou o debate e hoje dá seu apoio a esse conjunto de medidas socioeducativas.

Quero, portanto, conclamá-los a manter sempre esse diálogo intenso e gerador de resultados. Pois ainda temos muito a fazer, com vistas a consolidar uma verdadeira Política Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Queremos, com uma política desse tipo, transformar o tema em um compromisso de Estado, em um compromisso de Nação, que independa do desejo dos governantes.



Cuidar da infância, gerar oportunidades e educação é romper o ciclo hereditário da injustiça social, que se propaga de pai para filho através da criança pobre. Temos que acabar com esse círculo vicioso e substituí-lo por um caminho seguro. Criar os mecanismos para que isso ocorra é a obrigação de todos nós que acreditamos na construção de uma Nação cada vez mais justa. É, certamente, o que estamos fazendo juntos. E tenho certeza de que poderemos fazer muito mais.

Meu caro Paulinho Vanucchi,
Meus companheiros do Conanda,
Minha companheira Cacá,
Meu caro Agenor,

Eu penso que nós estamos diante de um tema extremamente delicado e, eu diria, extremamente prioritário para o Estado brasileiro. Vocês sabem que em toda política para a juventude que nós fizemos, depois da elaboração de um projeto que fizemos ainda quando estávamos no Instituto Cidadania, nós criamos alguns programas, é verdade que dispersos entre si, e que teremos que juntá-los todos num programa só, para cuidar da juventude brasileira, que vai do ProJovem, que em Recife tem uma experiência muito exitosa, feita pela Prefeitura de Recife, à Escola de Fábrica, ao Consórcio da Juventude, apenas alguns programas, todos eles visando recolher jovens da periferia entre 16, 17, 24 anos, que não concluíram o ensino fundamental, para que a gente possa fazê-los voltar a estudar, recebendo uma pequena ajuda de custo, que varia de 100 reais a 150 reais, para que ele aprenda uma profissão para adentrar no mercado de trabalho. Vocês sabem que nós decidimos fazer primeiro com as capitais, e a minha surpresa é que, depois de mais de 200 mil vagas disponibilizadas para as prefeituras, não foram todas as prefeituras das capitais que preencheram as vagas que nós colocamos. Ou seja, possivelmente tenhamos cometido erros de não ter procurado outras entidades da sociedade civil para arregimentar essas crianças, fizemos acordos, muitas vezes com



prefeituras, e nós não conseguimos lotar. Eu poderia dar dois exemplos aqui, a capital de São Paulo, onde nós disponibilizamos 30 mil vagas, e acho que não chegou a 10 mil, e a capital do Rio de Janeiro, onde nós colocamos 30 ou 25 mil vagas e que também não conseguiu preencher. Possivelmente porque – sem crítica nenhuma – pode ser que as prefeituras não estivessem preparadas para cumprir uma função como essa. Isso, certamente, precisa ser corrigido num futuro muito próximo.

Eu, particularmente, estou convencido de que é preciso um trabalho, Paulinho, em duas frentes: uma, é a gente cuidar de recuperar o adolescente. E a outra, é a gente tratar de recuperar a família quando ela ainda existe. E por que a família? Porque eu acho muito mais difícil a gente recuperar uma criança ou um adolescente para uma vida e um convívio normal na sociedade fora da família do que dentro da família. Até porque, muitas vezes, o problema que originou a criança a sair do caminho certo e cair num caminho marginal é a própria família. Então, nós não vamos consertar isso com a polícia, nós não vamos consertar isso com a Febem, nós não vamos consertar isso com palmatória, nós não vamos consertar isso com punição. Ou seja, nós vamos consertar isso na medida em que a gente combinar uma política correta para, concomitantemente, tentar recuperar o jovem, dando a ele condições, mas tentar restabelecer o convívio dele com a família e, às vezes, primeiro recuperar a própria família. Eu tenho dito que fica muito mais barato você colocar assistentes sociais pelo Brasil inteiro para cuidar das famílias, pagando uma quantia para que ela possa recuperar a mãe e a mãe, junto, ajudar a recuperar o filho, do que você achar que, trancafiando na Febem e colocando alguém com cassetete na porta para tomar conta, estará resolvido o problema. Pelo contrário. Eu estou convencido de que esses institutos todos, por melhor intenção que tenham com a punição, elas terminam virando uma fábrica de produzir pessoas, que poderiam ser recuperadas, em verdadeiros bandidos.

Nós chegamos a uma situação na sociedade brasileira em que esse



problema não é do presidente da República, não é do governador, não é do prefeito, é um problema que foi gestado por um conjunto de erros que, ao longo de décadas, se acumulou na sociedade brasileira. Direto e indiretamente uns têm mais culpa do que outros, mas, no fundo, no fundo, todos nós temos uma pequena parcela de responsabilidade. Recuperar isso será muito mais fácil se a gente compreender que se nós não resolvermos o problema de degradação da estrutura da sociedade brasileira, a partir da família, nós não conseguiremos recuperar o restante. E não é apenas a pobreza, eu dizia na minha sala para o Paulinho. Se pobreza levasse a gente a cair, a cometer delitos, eu não seria hoje presidente da República. O problema é que se família está desestruturada, se pai e mãe brigam dentro de casa, se a situação social é muito grave e os pais não têm a sensatez de evitar que as coisas aconteçam, deformando a visão do próprio filho, tudo fica muito mais difícil.

Eu falo sempre o seguinte, como exemplo: minha mãe teve a coragem de se separar do meu pai e levar com ela oito filhos, sozinha, nenhum tinha uma profissão, eu e quatro irmãos não tínhamos idade para trabalhar, e ninguém deixou de virar pessoas trabalhadoras. E a que eu credito isso? Eu credito isso à estrutura moral da minha mãe, eu credito isso à estrutura moral de uma mãe que sabia cuidar dos filhos, como milhões de mães sabem cuidar.

Então, se nós não pegarmos, Paulinho, um conjunto de dificuldades que nós enfrentamos e colocarmos tudo dentro de uma cesta básica de problemas, e tentarmos saber em que momento a gente vai fazer esse prato de soluções, vai ficar muito mais difícil, porque ainda hoje, em muitos lugares do Brasil, qualquer hora em que você fale em aplicar dinheiro numa escola, as pessoas dizem que você está gastando dinheiro, quando, na verdade, o dinheiro que a gente não colocar para melhorar a educação de uma criança hoje, nós vamos gastar amanhã para construir um prédio da Febem ou para construir uma cela na cadeia, e vai ficar muito mais caro e socialmente muito mais injusto.

Então, eu queria dizer para vocês o seguinte: vocês apresentaram um



documento volumoso, que é o resultado do trabalho de vocês. Certamente aqui tem, senão todas, tem grande parte das soluções dos problemas que nós temos que enfrentar.

Então, eu queria, no lugar do Paulinho Vannuchi, deveria ser ele a assumir, dizer o seguinte: olhe, o momento e a época do ano nunca é boa para a gente dizer isso, mas eu estou falando aqui, como presidente da República. Eu ainda tenho quatro meses de mandato, e em quatro meses a gente pode fazer muita coisa, pode preparar projetos de lei, tirar as divergências que existem e deixar as coisas preparadas para quem quer que seja, daqui a um, daqui a dois meses, daqui a 10 anos, que governe este País, para que a gente tenha uma estrutura que nos permita encontrar soluções da forma mais racional e mais democrática possível.

Eu digo, todo santo dia: num país que acumulou, ao longo de tantos anos, a quantidade de problemas que o Brasil acumulou, não teremos soluções para todos eles se trabalharmos apenas com a racionalidade do nosso cérebro. Nós temos que trabalhar, sobretudo, com uma mistura: racionalidade do cérebro e um pouco da emoção do nosso coração, senão não teremos soluções para enfrentar os problemas que temos pela frente.

Eu acho que vocês tiveram a sabedoria, primeiro, de conviver democraticamente na produção de um texto. E, agora, muito mais democraticamente, enfrentando todos os debates que tivermos que enfrentar, nós vamos ter que começar a encontrar as soluções para esses problemas.

Só posso dizer uma coisa para vocês: tenham-me como parceiro. Muito obrigado.